



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

Moção “Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais no Brasil”

À

Presidência da República

C/C

Presidência do Supremo Tribunal Federal

Presidência da Câmara de Deputados

Presidência do Senado Federal

Casa Civil da Presidência da República

Secretaria Geral da Presidência da República

Ministério da Justiça

Procurador Geral da República

Presidente da FUNAI

A 38ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs aprovou a moção que segue encaminhada pela Associação Brasileira de Antropologia e endossada pelas demais instituições abaixo relacionadas:

Consideramos que a Constituição Federal de 1988 é um marco no reconhecimento e na promoção dos direitos dos povos indígenas no país. A partir dela, por exemplo, houve um avanço significativo no reconhecimento das Terras Indígenas; foram criadas e implementadas políticas públicas específicas de promoção da saúde e de educação escolar; os indígenas passaram a integrar o campo de sujeitos priorizados pelas políticas de previdência e promoção social, inclusive de geração de renda e segurança alimentar, tudo isso sustentado por marcos regulatórios infraconstitucionais. A participação e o protagonismo indígena foram efetivos em vários momentos ao longo deste período, muitas vezes enfrentando as resistências e o despreparo das instituições públicas e seus operadores. Entendemos que de fato ainda há muito a ser feito e transformado na cultura política no país e suas instituições, e os tempos recentes mostram o quanto isto é necessário e urgente. Porém, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal completou 25 anos no último dia 05 de outubro, os direitos constitucionais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras populações tradicionais no país estão sendo colocados em risco, pelo interesse e a ganância de setores econômicos e políticos poderosos no país. Assim, manifestamos nossa preocupação com a ofensiva legislativa que está sendo promovida pela bancada ruralista contra os direitos destes povos e comunidades; uma ofensiva que no final das contas afetará a todos de diferentes maneiras. Em alguns casos os efeitos poderão ser



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

irrecuperáveis perdas humanas, culturais e de biodiversidade. Expressão disso são dezenas de projetos de lei e emendas à Constituição que tramitam hoje no Congresso Nacional – em especial a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12. São atos legislativos que afrontam, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a primeira incorporada ao arcabouço normativo brasileiro desde 2003.

Preocupa-nos também a desigualdade do debate público por força da pressão e do poder que os setores ruralistas e latifundiários exercem no atual governo federal (e em vários governos estaduais), haja vista a publicação da Portaria 303 da Advocacia Geral da União em 2012, mobilizando seus interesses no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Dessa forma, a demarcação das terras indígenas e a titulação das terras de quilombo encontram-se paralisadas, com risco de assim permanecer por tempo indeterminado, agravando ainda mais o quadro de tensão e de violência que hoje experimentamos e assistimos.

Diante desses fatos, a Anpocs, aqui reunida em Assembleia Geral, torna pública sua solidariedade e integral apoio à mobilização dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em defesa dos seus Direitos e da Constituição Federal. Faz também um chamado a que outras associações e sociedades científicas se manifestem publicamente em relação a esta situação.

Águas de Lindóia-SP, 26 de setembro de 2013.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Sociedade Brasileira de Antropologia (SBS)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)